



Professora Joyce Lira

# Direito Internacional Privado



# Convenção da ONU sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro

## Convenção da ONU sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro

“Considerando-se o expressivo número de sentenças proferidas em um país para execução em outro referentes à prestação de alimentos, cabe aludir a importante documento sobre o tema. Trata-se da *Convenção sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro*, assinada em Nova Iorque (EUA) no dia 20 de junho de 1956 e promulgada no Brasil pelo Decreto n. 56.826, de 02 de setembro de 1965.

Entre as razões invocadas para a Convenção estão “a urgência de uma solução para o problema humanitário surgido pela situação das pessoas sem recursos que dependem, para o seu sustento, de pessoas no estrangeiro” e o fato de a execução, no estrangeiro, de “ações sobre prestação de alimentos ou cumprimento de decisões relativas ao assunto suscitarem sérias dificuldades legais e práticas”.

A Convenção determina que cada Estado designe uma autoridade administrativa ou judiciária para nele exercer as funções de *Autoridade Remetente*, bem como um organismo público ou privado para as funções de *Instituição Intermediária*. São órgãos encarregados, respectivamente, do envio da sentença sobre prestação de alimentos exarada no país e da recepção de sentença oriunda de outro Estado. Ambas as tarefas, no Brasil, incumbem à *Procuradoria-Geral da República* (Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968).

Essa Convenção permite que a Instituição Intermediária inicie ação de alimentos, prossiga com ela, transija e execute qualquer ato para a consecução do objetivo da ação.

É digno de registro ter a vigência da Convenção ocorrido a partir da adesão de três países, sabendo-se que, na maioria dos casos, tratado dessa natureza requer aprovação de dezenas de Estados. Isso evidencia a importância e a urgência que os países emprestaram à Convenção.”

### Legislação brasileira

Além do novo Código de Processo Civil, em seus artigos 960 a 965, e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, outras normas jurídicas brasileiras tratam do tema em estudo. Assim, a Carta Magna, por força da Emenda Constitucional n. 45, estabelece, no artigo 105, I, *i*, a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar, originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, enquanto o artigo 109, X, dá competência aos juízes federais para processar e julgar a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação. Como já mencionado neste capítulo, o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça conta com as regras de processamento da ação de homologação da decisão estrangeira, nos artigos 216-A a 216-N.

Também o *Código Bustamante* se ocupa das *cartas rogatórias* nos artigos 388 a 393 e da *execução de sentenças* proferidas por tribunais estrangeiros nos artigos 423 a 433.

## “Jurisprudência brasileira

**Ação Ajuizada no Exterior e Ação Proposta no Brasil.** Sentença estrangeira ainda não homologada pelo STJ. Litispendência e coisa julgada. Inexistência. Nos termos do art. 90 do CPC, “A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.” Portanto, é indiferente à justiça brasileira que a ação ajuizada no exterior e a demanda proposta no Brasil tenham as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, não induzindo a litispendência e tampouco a coisa julgada, uma vez que a decisão proferida por Tribunal estrangeiro somente terá eficácia no Brasil após a sua homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, a quem compete, originariamente, tal processamento e julgamento (art. 105, I, *i*, da CF/88) (TRT/3ª R. – RO n. 00404-2006-111-03-00-2, j. 22.02.2010).<sup>19</sup>

**Homologação de Sentença Estrangeira. Fixação do Dever de Prestar Alimentos. Custeio em Parte das Despesas Médicas da Menor. Citação. Nulidade Afastada. Trânsito em Julgado Comprovado. Ilegitimidade Ativa Rejeitada. Requisitos Legais da Res. nº 09/2005 do STJ Preenchidos. 1. Sentença estrangeira fixando a obrigação de prestação de alimentos à filha menor e custeio parcial das despesas médicas. Requisitos dos arts. 5º e 6º da Res. n. 09/2005 do STJ preenchidos. 2. O Tribunal estrangeiro considerou sanada a irregularidade em torno da citação por ter o requerido atendido ao chamado, constituindo defensor e apresentado defesa. 3. Na esteira do entendimento do STJ, revela-se incabível impor as regras da legislação brasileira ao ato de citação praticado fora do país. 4. O pedido de homologação pode ser deduzido por qualquer pessoa interessada nos efeitos da sentença estrangeira. Precedentes. 5. Homologação deferida (STJ – SEC 8303/EX – 2012/0187824-4 – j. 20.02.2013).<sup>20</sup>**



**“Direito Internacional. Processual Civil. Sentença Estrangeira Contestada. Divórcio. Alegação de Cumprimento da Obrigação de Alimentos. Via Imprópria para Debate. Precedente. Requisitos de Homologação Presentes. 1. Cuida-se de pedido de homologação de sentença estrangeira de divórcio litigioso, no qual a parte requerida alega o cumprimento das obrigações fixadas referentes aos alimentos. 2. Em sede de contestação ao pleito de homologação de sentença estrangeira não é cabível o debate acerca da relação de direito material subjacente ao título, pois tal debate ultrapassaria os limites do art. 9º da Resolução n. 9/2005 do Superior Tribunal de Justiça. 3. “A ação homologatória de sentença estrangeira não se presta a averiguar o descumprimento da sentença homologada; entretanto, a sua homologação possibilita o ajuizamento da ação apropriada perante a Justiça brasileira objetivando o cumprimento do que está nela acordado, no que diz respeito a alimentos, partilha, etc.” (SEC 6.577/EX, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, *DJe* 09.08.2012). Pedido de homologação deferido (STJ – SEC 8.882/ EX – 2013/0029637-9 – j. 21.05.2014).<sup>[21](#)</sup>**

**Sentença Estrangeira Contestada. Alteração de Nome Civil. Trânsito em Julgado do Decisum não Comprovado. Homologação Indeferida. 1. Ausente um dos requisitos indispensáveis à homologação da sentença estrangeira, qual seja, a comprovação do seu trânsito em julgado, indefere-se o pedido. 2. Pedido de homologação indeferido (STJ – SEC 8.585/EX – 2013/0408863-2 – j. 01.10.2014).<sup>[22](#)</sup>”**

**“Direito Internacional. Processual Civil. Sentença Estrangeira Contestada. Curadoria Especial. Alimentos. Convenção sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro (Decreto 56.826, de 02.12.1965). Chancela Consular. Desnecessidade. Precedentes do STJ e STF. Debate sobre Mérito. Inviabilidade. Precedentes do STJ. Requisitos de Homologação Presentes. 1. Cuida-se de pedido de homologação de sentença estrangeira de alimentos, encaminhada sob o rito da Convenção sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro (Decreto n. 56.826, de 02.12.1965). 2. A chancela consular, nos casos de homologação de sentença estrangeira em que figurem como requerentes Autoridade Remetente (no país de origem) e a Instituição Intermediária (no Brasil), é dispensável, nos próprios termos da Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro. Precedentes do STF e STJ. 3. Quanto às alegações de inconsistência no documento trazido aos autos, por não apontar o Sr. L. A. da T. D. do R. como requerido, impossibilidade de homologação, por ter o alimentando mais de 18 (dezoito) anos, bem como questões relativas às prestações vencidas devidas, aventadas pela zelosa Defensoria Pública da União, são matérias que desbordam do mero juízo de delibação. Precedentes do STJ. 4. Estando presentes os requisitos formais, previstos na Resolução STJ n. 09/2005, é de ser homologada a sentença de divórcio proferida no estrangeiro. 5. Pedido de homologação deferido (STJ – SEC 11.433/EX – 2014/0217228-0 – j. 01.10.2014).<sup>23</sup>**

**“Sentença Estrangeira Contestada. Investigação de Paternidade. Citação Realizada. Revelia. Nomeação de Curador. Ocorrência. Exame do Mérito. Impossibilidade. Preenchimento dos Requisitos Exigidos pela Resolução n. 9/2005/ STJ. Sentença Homologada. 1. Alegação de ausência de citação válida nos autos principais deve ser examinada com ponderação e parcimônia. 2. Proposta ação de investigação de paternidade na Suécia, residindo o réu na França, foi providenciada a citação à luz da convenção firmada entre aqueles países, tendo a sentença, inclusive, ratificado a ocorrência do ato processual. Ante a ausência de manifestação do investigado, foi-lhe nomeado curador para defendê-lo. 3. O exame de matéria pertinente ao mérito da sentença estrangeira transborda o limite estabelecido para homologação de sentença estrangeira, salvo para verificar eventual ofensa à ordem pública e à soberania nacional, razão pela qual a juntada das provas produzidas na ação originária é desnecessária. 5. A inicial foi instruída com cópia autenticada do texto integral da sentença estrangeira, proferida por autoridade competente, com a citação da parte, tendo-lhe sido nomeado curador, por não ter oferecido resposta, e certidão de trânsito em julgado, estando os documentos autenticados pelo cônsul brasileiro e traduzido por tradutor oficial. 6. Sentença estrangeira homologada (STJ – SEC 7.779/EX – 2012/0202194-1 – j. 03.09.2014).<sup>24</sup>”**



**“Homologação de sentença estrangeira. Artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Arts. 216-C, 216-D e 216-F do RISTJ. Requisitos. Manifestação de vontade das partes pela homologação apenas parcial. 1. Nos termos dos artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e artigos 216-C, 216-D e 216-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que, atualmente, disciplinam o procedimento de homologação de sentença estrangeira, constituem requisitos indispensáveis ao deferimento da homologação, os seguintes: (i) instrução da petição inicial com o original ou cópia autenticada da decisão homologanda e de outros documentos indispensáveis, devidamente traduzidos por tradutor oficial ou juramentado no Brasil e cancelados pela autoridade consular brasileira; (ii) haver sido a sentença proferida por autoridade competente; (iii) terem as partes sido regularmente citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; (iv) ter a sentença transitado em julgado; (v) não ofender “a soberania, a dignidade da pessoa humana e/ou ordem pública”. 2. Constam dos autos os documentos necessários ao deferimento do pedido, além de o conteúdo do título não ofender “a soberania, a dignidade da pessoa humana e/ou ordem pública” nem tampouco os bons costumes. 3. As partes manifestaram acordo em relação à homologação da sentença no que diz respeito à decretação do divórcio, não havendo quanto a isso qualquer óbice à homologação. 4. No que diz respeito ao capítulo da sentença homologanda que fixou alimentos em favor do filho comum das partes, ambas manifestaram o desejo de que a sentença homologanda não seja homologada, uma vez que se submeterão ao que vier a ser decidido em feito que tramita no Brasil. Capítulo da sentença que, portanto, não merece homologação. 5. Sentença estrangeira parcialmente homologada. (SEC - 12.891/EX - 2014/0299544-5 - 19.05.2016).<sup>25</sup>”**